

**ESSES ESPAÇOS DAS MINAS GERAIS:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UM CONCEITO DINÂMICO DE REGIÃO
E SEU USO À INTERPRETAÇÃO DOS PROCESSOS ESPACIAIS
EM CURSO ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX**

Alexandre Mendes Cunha
(Cedeplar / UFMG)

Refletir sobre o conceito de região a partir de uma perspectiva histórica, o que aqui se propõe, é riscar no espaço e no tempo algumas questões, nenhuma delas simples. Como um caminho para não se abandonar essa dualidade, tempo/espaço, e apontar o sentido geral do texto, propõe-se como fundamentais duas orientações elementares, a serem anotadas logo de saída:

- 1) Há que se fugir do anacronismo, pensar o espaço passado, ainda que animado por problemas presentes, não pode se dar de forma desvinculada das evidências coevas. A historicidade das formações espaciais, da mesma forma que não comporta uma única percepção do espaço vivido, não aceita também toda espécie de recortes em função de interesses metodológicos completamente exógenos às realidades em estudo. O risco é evidente, ainda que nem sempre óbvio: a possibilidade de “provar” realidades históricas ilusórias;
- 2) Qualquer recorte, ou insinuação destes, não pode ser um dado estático. Não se percebe o espaço passado a partir de um instantâneo, só a imagem-movimento das dinâmicas espaciais, nos processos de diferenciação e em seus revezes, é capaz de conferir historicidade ao conceito de região. Há que se ultrapassar, portanto, o espaço como o dado de localização, o palco imóvel por sobre o qual se desenrola a ação histórica, na direção de quadros em movimento, onde essas dimensões estejam efetivamente imiscuídas.

Baixo o crivo dessas duas regras, a bem verdade desafios, interessa apresentar dois conjuntos de reflexões: o conceito de região a partir da geografia, particularmente no que diz respeito à geografia crítica, e seu encontro com a história; e as particularidades da formação espacial mineira assim como, nos termos conceituais aqui definidos, os encaminhamentos de uma reflexão acerca dos recortes regionais entre os séculos XVIII e XIX.

I

Região é um tema originalmente complexo e controverso para a geografia, não haveria como não o ser também para a história. Uma primeira consideração necessária, não obstante, é a de que não se pode partir para uma apreensão histórica do conceito de região sem se ter por base, essencialmente, o dado humano na produção/percepção do espaço. Ou seja, mesmo que respondendo dialeticamente ao que se é apresentado pelo ambiente, é a ação transformadora nesse espaço, ou minimamente a forma segundo a qual ele é percebido, apreendido, que confere, repito, em um jogo dialético, a historicidade do espaço. A discussão acerca da região natural, essencialmente formalista, que por muito tempo marcou os estudos geográficos, não faz, uma vez destacada essa importância do dado humano, sentido à reflexão histórica. Uma ponderação em paralelo é, todavia, fundamental. Uma vez que a região deve ser fruto não de atribuições “naturais” em exclusivo, mas da interação desta dimensão com a produção/percepção do espaço, é razoável pensar que isto não se dá de forma unívoca, e que, portanto, não se pode falar de um só recorte regional para um dado espaço. Isto da mesma forma que não se identifica uma única filiação de idéias ou interesses práticos nas correntes políticas em disputa no interior de um Estado; ou ainda um só nível de pertencimento social para cada um dos indivíduos de uma coletividade; mais apropriada é sempre a percepção de dimensões superpostas para a análise dessas questões. Aposta-se que com o conceito de região é preciso preocupação semelhante. Não se pode recortar de qualquer maneira o espaço e pretender, em se considerando as “duas regras” acima expostas, alguma propriedade histórica na análise. Pelo contrário, a construção, e percepção, coletiva do espaço dá lugar a mais de uma possibilidade de segmentação do território a um mesmo tempo.

Mais do que controverso, o conceito de região é fundamentalmente impreciso, servindo a qualificações muito diversas no conjunto dos trabalhos geográficos, bem como nas ciências sociais como um todo. Um aspecto, entretanto, é compartilhado por várias proposições. Em se tratando de subdivisões ou recortes no espaço, é fundamental a idéia de descrição, como base para a ponderação dos cortes. A distinção clássica entre “geografia”, estabelecendo relações gerais entre os fenômenos, e a “corografia”, que descreve a partir de itinerários as especificidades dos limites de um território, encaminha a percepção do espaço particularizado em sua relação com um conjunto mais amplo. Isto encerra dois problemas que marcam as elaborações acerca do termo região. Primeiro a dimensão do recorte, o que comporta a questão dos níveis de agregação; e, em segundo, os próprios critérios que

orientam a segmentação.¹ O recorte de uma região precisa dialogar com a totalidade do espaço segmentado, e definir o nível em se fracionará e segundo que variáveis vai ser orientado esse fracionamento do espaço.

A região natural é uma das feições mais costumeiramente subjacentes ao conceito de região. A paisagem, ainda que não seja só a natureza em si, mas também o palco e o resultado da ação humana, é entendida, nesta perspectiva, fundamentalmente em termos do mundo físico. O que a leitura de regiões a partir desses atributos naturais fornece é via de regra um desenho apreendido e explicado em função da fisionomia do espaço, o que é sem dúvida assaz limitado. A atenção fundamental à natureza por conta de sua influência por sobre os homens, e nisto a orientação segura à partição do espaço, não nasce na geografia, mas de uma percepção filosófica dessa relação e de uma prática efetiva, eminentemente técnica, em curso nos avanços dos estudos do solo, espécies vegetais, etc. O caminho que marca a evolução dessa postura fisionomista é a cientificidade que se pode atribuir às regiões naturais e que se faz muito mais difícil em se tratando da relação desta com os homens.² Não é desnecessário lembrar que a região natural não pode ser obviamente o critério único a sustentar o conceito de região, mas erro tão grave seria apartar essa dimensão ao se recortar o espaço.

O determinismo natural na condução das segmentações territoriais domina a cena até o final do século XIX, quando encontraria uma primeira linha de críticas, fundamentais a uma integração de fatores naturais e humanos em um debate que em níveis diferentes prolonga-se mesmo até hoje. De particular importância, é o fato de que a reação da geografia no final do Dezenove a uma postura extremamente formalista em muito influenciaria a crítica que se instalaria anos depois no âmbito da história renovando as análises prezadas na dimensão factual. Como expõe Marcel Roncayolo:

“Neste sentido, a crítica das divisões geográficas ‘tradicionais’, consideradas como artificiais ou superficiais, anuncia nos dois últimos decênios do século XIX o mesmo que a história conhecerá na geração seguinte: a crítica da interpretação puramente factual ou puramente institucional. Na verdade constitui uma dívida da história em relação à geografia recentemente renovada”.³

Um nome fundamental neste processo, particularmente nas frentes de diálogo com a história, é o do geógrafo francês Paul Vidal de la Blache, que em sua reflexão confere à ação

¹ Marcel RONCAYOLO, “Região” [verbete] in: Ruggiero ROMANO (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 8 – Região], p.161. Sobre a questão da escala na discussão do conceito de região, veja também Iná Elias de CASTRO, “Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar” in: M. A. SOUZA et al. (orgs.), *Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*, São Paulo, Hucitec/Anpur, 1993, pp.59-60.

² Marcel RONCAYOLO, “Região” [verbete]..., pp.163-6.

humana certa dimensão ativa ante o ambiente natural. O caminho aí aberto seria fundamental às proposições, tempos depois, de um eminente historiador, Lucien Febvre. O meio mesmo em que este último daria corpo aos seus trabalhos seria mesmo marcado pelo intenso debate no qual vai se compondo um saber histórico influenciado diretamente pelas ciências sociais e gestado nos debates entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores ligados então à Universidade de Estrasburgo. Este debate que depois se delinearía de forma emblemática na revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, dá o nome pelo qual a escola renovada do pensamento histórico na França fica conhecida. A Escola dos *Annales* se mostraria desde sempre atenta à geografia, particularmente anos depois, como o destaque a ela conferido nas obras de Fernand Braudel.⁴ O ambiente intelectual fecundo e dinâmico da Universidade de Estrasburgo de então, na Alsace-Lorraine que volta a pertencer à França em 1918, é fundamental pelo fato de que deveria aí cumprir o papel de vitrine intelectual francesa ante a Alemanha, reunindo um quadro ímpar de professores entre “juristas, como G. Le Bras; filósofos, como M. Guerroult; historiadores, como Febvre, Bloch, [Georges] Lefebvre, Perrin; sociólogos como M. Halbwachs”.⁵

A atenção de Febvre à geografia conforma-se, não obstante, nas lições do próprio Vidal de la Blache, o fundador em 1891 da revista *Annales de Géographie*, como seu professor na Escola Normal Superior.⁶ Febvre marcaria com veemência sua posição a favor de Vidal de la Blache no debate com a antropogeografia do geógrafo alemão Friedrich Ratzel. É preciso considerar que o debate entre Vidal de la Blache e Ratzel é não obstante marcado por repetidos momentos em que se destaca antes a complementaridade que a oposição.⁷ Todavia, estava em jogo também ali o processo de definição do campo⁸ e da competência particular das disciplinas, incluindo aí a sociologia e antropologia, o que em outra direção ia agrupado na antropogeografia de Ratzel. Febvre seria o responsável por colocar termo a este debate em um livro fundamental para a geografia, mas mais ainda para a articulação ainda hoje pouco cuidada entre geografia e história. Sua análise não deixaria, no entanto, de fazer acentuar, e em alguma medida exagerar, as divergências entre Vidal de la Blache e Ratzel,

³ Idem, p.166.

⁴ Yves LACOSTE (cood.), “Braudel geógrafo” in: *Ler Braudel*, Papirus Editora, Campinas, 1989.

⁵ José Carlos REIS, *Escola dos Annales: a inovação em História*, São Paulo, Paz & Terra, 2000, p.67.

⁶ Peter BURKE, *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*, 2. ed. São Paulo, Ed. UNESP, 1992, p. 24.

⁷ Marcos B. de CARVALHO, “Diálogos entre as ciências sociais: um legado de Friedrich Ratzel (1844-1904)”, *Biblio 3w. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, nº 34, 10 de junio de 1997.

⁸ Pierre BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

colocando-os em pólos opostos a partir de uma distinção que ficaria clássica entre “determinismo” e “possibilismo”.

“Não nos perguntamos se, no bloco das idéias geográficas, não existem realmente fissuras, e se podemos seguir ao mesmo tempo, com a mesma tranqüila segurança, os ‘deterministas’ na linha de Ratzel e os que podemos nomear, possivelmente, de ‘possibilistas’ na linha de Vidal”.⁹

Para além desse debate inicial, responsável por conformar a geografia moderna, o desenvolvimento da disciplina no século XX reservaria, tal qual na história, um encontro com o quantitativismo, particularmente a partir da 2ª Guerra Mundial. O que na história se traduziria em correntes de matrizes diversas como a história serial francesa ou a *new economic history* americana, na geografia, também colocando em destaque a dimensão econômica, daria lugar por fim à corrente normalmente referida como geografia pragmática e que comporta e aprofunda o conceito próprio de “região funcional” em suas análises.

De forma mais ampla o que vai se colocando é o desenvolvimento mesmo de um campo de “estudos regionais”, diretamente informado pela economia.¹⁰ Em caminho muito distinto daquele da segmentação espacial ancorada na postura descritiva das paisagens físicas e humanas, a noção que se habilita agora é a de região funcional, articulada a partir da análise da espacialidade das relações econômicas. Trata-se de um modelo caracterizado não a partir da uniformidade/identidade de paisagens ou produções, mais pelas trocas e fluxos organizados pelas relações de mercado. A noção de região seria diretamente associada à idéia de rede urbana; ultrapassa-se então a perspectiva de simples complementaridade entre campo e cidade e busca-se aprofundamento na compreensão dos níveis de hierarquização a partir dos quais a complementaridade se processa, daí a função de localização dos núcleos urbanos.¹¹

Essa perspectiva de perceber os níveis de importância das aglomerações e sua relação com seu entorno aparece já originalmente em textos do século XVIII, como em Richard Cantillon,¹² sendo não obstante suplantada pela economia clássica, que termina por reduzir ao mínimo os efeitos do espaço na dinâmica econômica. A perspectiva é quase de toda abandonada, tendo um desenvolvimento episódico e quase que sem derivações na obra de Johann Heinrich von Thünen, das primeiras décadas do Dezenove, ou mesmo, em perspectiva

⁹ Lucien FEBVRE, *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique a l'histoire*, Paris, Édition Albin Michel, 1949 [ed. original 1922], p.25.

¹⁰ Rupert B. VANCE, “Region” in: David L. SILLS (ed.), *International Encyclopedia of the Social Sciences*, New York, The Macmillan Company & The Free Press, 1968, vol. 13, p.379.

¹¹ Marcel RONCAYOLO, “Região” [verbete]..., pp.172-3.

¹² Richard CANTILLON, *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, trad. Fani Goldfarb Figueira, Curitiba: Sugesta Editora, 2002. [ed. Original 1755]

menos economicista, nas próprias considerações de Vidal de la Blache acerca do peso da influência urbana nas conformações das regiões no território francês.¹³

É na década de 1930, entretanto, que, ante a depressão e sob a inquietação de se buscar entender tudo o que cerceia as “condições naturais de equilíbrio” da economia, toma forma uma modelagem sistêmica com fins de explicar essas relações espaciais no processo de organização econômica e na hierarquização dos centros. A teoria dos lugares centrais, conformada independentemente nos trabalhos de Walter Christaller,¹⁴ geógrafo, e August Lösch,¹⁵ economista, serviria à composição lógica das áreas de mercado e hierarquização dos centros urbanos, podendo ser definida como “qualquer agrupamento de habitações que constitui o centro de um *Hinterland* rural e serve de intermediário econômico entre a periferia que dele depende e o mundo exterior”.¹⁶ O trabalho dos dois autores não se dá na mesma perspectiva, ainda que alcançando idéias coincidentes. Uma diferença fundamental é a orientação da análise da hierarquização dos núcleos urbanos, em Christaller ela se dá a partir dos níveis mais inferiores da rede e em Lösch a partir dos superiores, por fracionamento.¹⁷ É preciso acentuar aqui, não obstante, que a maior limitação dessas perspectivas de análise que tomam o espaço, e as regiões, a partir de um modelo teórico que caracteriza a rede urbana a partir dos fluxos, é exatamente o peso dessa modelagem que necessariamente implica em uma abstração do real. Outras críticas poderiam se apresentadas, como no fato de se tomar o mercado como elemento central de organização do espaço, o que está longe de ter validade irrestrita e unívoca em termos históricos, assim como as limitações, também históricas, que fazem o modelo responder fundamentalmente a um tipo de contexto em particular — sociedades pouco industrializadas, mas amplamente penetradas pelo mercado.¹⁸ Não obstante, é a questão da abstração que deve ser mais bem considerada, uma vez que abstrair significa literalmente separar, isolar certos atributos para se considerá-los separadamente. Esta escolha no real implica em uma seleção de certas variáveis em detrimento de outras o que em termos históricos oferece problemas no que diz respeito à validade dessas escolhas originais a contextos diversos ao longo do tempo. Da mesma forma, o problema persiste no que diz respeito ao fato de que a modelagem oferece bases a uma organização lógica da realidade espacial a partir de certas premissas, mas não é capaz de dar respostas suficientes acerca da

¹³ Marcel RONCAYOLO, “Região” [verbete]..., p.173.

¹⁴ Walter CHRISTALLER, *Central Places in Southern Germany*, New Jersey, Englewood Cliffs, 1967. [ed. original: 1933]

¹⁵ August LÖSCH, *The economics of location*, New Haven, Yale University Press, 1954. [ed. original: 1939]

¹⁶ T. G. JORDAN, *The European Culture Area. A systematic geography*, New York, Harper & Row, 1973, p.330 apud Marcel RONCAYOLO, “Região” [verbete]..., p.173.

¹⁷ Marcel RONCAYOLO, “Região” [verbete]..., p.174.

gênese dessa organização sem com isto incorrer em certas tautologias. Mais que isto, em se tomando o modelo como uma lei tendencial capaz de por si explicar a gênese dos núcleos, pode-se incorrer, respirando-se ares de prova, em equívocos históricos ao se orientar processos de produção coletiva de espaço, originalmente múltiplos, em um único sentido. O caso de Minas é exemplar a este respeito. O processo de conformação dos núcleos urbanos, em se tomando a relação campo-cidade, tem sentidos opostos nos séculos XVIII e XIX. Na primeira metade do Dezoito é o urbano que, conformado a partir do espaço original da mineração, impõe a “criação” do rural, já no começo do Dezenove, verifica-se uma ampliação da rede urbana a partir da multiplicação de nucleações intermediárias respondendo às necessidades das áreas de expansão rural e cumprindo logo a função de entrepostos comerciais e centros de serviços, mas em termos efetivamente urbanos com características já muito diversa dos núcleos do Dezoito.¹⁹

A segunda metade do século XX faria cada vez mais evidente um fenômeno que esvazia o significado da análise regional ao mesmo tempo em que cobra novas abordagens. Trata-se do crescimento da urbanização, em realidade primeiramente evidente nos E.U.A. em relação às grandes metrópoles, ultrapassando a perspectiva de pontos nodais de uma cadeia que articula o *hinterland*, como em Christaller, para uma realidade em que a região é abarcada pela totalidade do fenômeno urbano. A este “urbano estendido”, Henri Lefebvre seria o primeiro a oferecer uma interpretação de conjunto, já de alguma forma anunciada nos seus estudos acerca da vida cotidiana no mundo moderno, mas sistematicamente analisada a partir de seu livro *A revolução Urbana*, de 1970.²⁰ Essa e outras concepções conformariam uma nova trajetória no pensamento geográfico e na compreensão do espaço de uma forma geral entre as várias disciplinas. Em uma única idéia, pode-se anotar no surgimento dessa nova corrente de pensamento a centralidade da idéia de “produção do espaço” e nisto a óbvia dimensão da ação humana, e da história, na conformação dos processos espaciais e do próprio espaço em si. A essa questão seriam dadas respostas diversas, desde o humanismo ao estruturalismo, permitindo ainda outras mais derivações, mas não obstante encerrando, nessa corrente que qualificaria o que depois assume o título de geografia crítica, a centralidade da idéia de produção, e reprodução, do espaço como elemento fundamental das análises, o que de

¹⁸ Idem, p.174-5.

¹⁹ Acerca dessas discussões veja o capítulo 2.2 – “A Formação do urbano das Minas”, de minha dissertação de mestrado, *Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*, orientada pelo Prof. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF em junho de 2002.

²⁰ Henri LEFEBVRE, *La Révolution urbaine*, Paris, Gallimard, 1970.

saída já demarca um distanciamento vigoroso das premissas da geografia tradicional e dos conceitos de região natural.

As possibilidades de compreensão da dimensão local, nesta linha de pensamento, inserem-se inexoravelmente na interpretação do todo, da totalidade, em uma relação continuada e dialética. Não se trata, nesses termos, de ver o urbano apenas como uma evidência material, física, mas de forma mais ampla como um processo econômico-social. A ponderação de Lefebvre em seu *O Direito à Cidade* é assim fundamental para se esclarecer os termos:

“(…) distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático sensível, e, por outro lado, o urbano, realidade social composta por relações a conceber, a se construir ou reconstruir pelo pensamento”.²¹

A corrente que conforma, como se disse, esses pressupostos em um pensamento múltiplo, mas concatenado, é a que fica conhecida como geografia crítica, e que tem seu surgimento associado a uma crítica dos pressupostos naturalistas da geografia clássica, assim como das pretensões explicativas embasadas no quantitativismo próprio da articulação da geografia pragmática com a economia neoclássica, caminho em forte ascensão nos anos 1960. Da obra de Lefebvre, dos questionamentos do papel da geografia nos trabalhos de Yves Lacoste,²² seguindo às reflexões conformadas já dentro do estruturalismo em autores como Manuel Castels, abre-se o flanco em que vai se desenvolver a geografia crítica, consubstanciada fundamentalmente a partir da tentativa de inserção do espaço na economia política marxista. Nisto os nomes como os de Milton Santos, David Harvey e Edward Soja seriam centrais.²³ Milton Santos, em particular, caminharia no sentido de desvelar a dimensão espacial pouco explorada no conceito marxiano de formação econômico-social, argumentando acerca da “inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social”, e propondo a partir de então a categoria de formação sócio-espacial para dar conta dessas dimensões.²⁴

A formação econômico-social tal qual enunciada por Marx, assim como o próprio conceito de modo de produção, encontra-se então no centro das reflexões dedicadas a essa

²¹ Henri LEFEBVRE, *El derecho a la ciudad*, trad. J. Gonzalez-Pueyo, 2.ed., Barcelona, Península, 1973, p.73.

²² Yves LACOSTE, *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.

²³ Edward SOJA, *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica*, Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993; David HARVEY, *Social Justice & the City*, London, E. Arnold, 1976; e Milton SANTOS, *Por uma geografia nova*, São Paulo, HUCITEC, 1978.

²⁴ Milton SANTOS, *Espaço e sociedade*, Petrópolis, VOZES, 1979, p.19 Iná Elias de CASTRO, “A região como problema para Milton Santos” in: *El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos*, *Scripta Nova. Revista Electrónica de geografía e ciencias sociales*, vol. VI, nº 124, 30 de septiembre de 2002.

“reinscrição” do espaço. Este tema já se havia feito presente nos trabalhos de Lefebvre, que avançou na exploração das temporalidades históricas pressupostas no pensamento marxiano, achando o lugar da dimensão espacial como eixo para a análise do desenvolvimento desencontrado das forças produtivas, das relações sociais e das “superestruturas”. O próprio conceito de formação econômico-social não deixaria de ser também um tema controverso, sendo que a posição de Maurice Godelier neste particular pode oferecer algumas luzes. Para este autor mais do que sugerir na expressão as etapas sucessivas do desenvolvimento histórico das formas econômicas da sociedade, Marx, em diálogo com a então nascente ciência da geologia, pensou formação simultaneamente enquanto um processo e o seu resultado, sua forma.²⁵ Essa articulação entre natureza e estrutura, em uma relação dialética na qual a forma assume uma dimensão tanto passiva como ativa no processo, repõe o que em termos mais amplos marca todo o próprio projeto metodológico marxiano — a ambição de apreender o real a partir de uma leitura, a um só tempo, genética e estrutural das sociedades, como bem assinalou Jerzy Topolski.²⁶ A perspectiva adotada por Milton Santos ao tratar da referida “inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço” na formação econômico-social, ou ainda quando insiste que, “assim, o espaço, espaço-tempo, é o testemunho de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo”,²⁷ reforça de alguma maneira esta perspectiva “geológica” da categoria de formação econômico-social. A formação econômico-social, na interpretação de Godelier, não é uma representação única à confluência de tempos distintos, mas a um múltiplo de formações e a um quadro que encerra essas temporalidades em termos de permanências. A realidade se faz assim imbricada, incrustada, de formações que são ao mesmo tempo a forma de uma determinada relação, e o processo que a conformou, permanências em relação dialógica com o presente.

Se pensado mais diretamente o tempo presente, todo este caminho de reflexão traz consigo um problema à manutenção do conceito de região, dissolvendo-o mesmo enquanto categoria de análise na geografia crítica e em particular na obra de Milton Santos. No pensamento desse autor, entendendo a formação econômico-social como totalidade da unidade da vida social, faz-se entender também a possibilidade de apreensão do significado particular de cada lugar, necessariamente, ao nível apenas dessa totalidade. Milton Santos,

²⁵ Maurice GODELIER, “Formação Económico-social” [verbete] in: Ruggiero ROMANO (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 7 - Modo de Produção, Desenvolvimento/ Subdesenvolvimento], pp. 132-35.

²⁶ Jerzy TOPOLSKY, *Metodologia de la Historia*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1982, pp.155-172.

²⁷ Milton SANTOS, *Por uma geografia nova...*, p.138.

segundo argumenta Iná Elias de Castro, entenderá a totalidade espacial como uma estrutura social fundamental, sendo os lugares e subespaços descritos como regiões como estruturas subordinadas, uma vez que “o acontecer social depende da sociedade como um todo, cada acontecer particular representa uma determinação da sociedade como um todo em um lugar próprio que o define”. Desta forma, as diversas segmentações possíveis, lugares e áreas, regiões ou subespaços, não são senão áreas funcionais, com escala dependente dos processos.²⁸ O conceito de região em Milton Santos não só estaria dissolvido pelo foco na inserção do local no total, como cerceado pela leitura da funcionalidade a orientar o recorte, intimamente prezo assim à dinâmica dos processos sócio-econômicos. Novamente nas palavras de Castro:

“Após este percurso através de algumas proposições de Milton Santos sobre como refletir e atualizar o conceito de região, dois problemas devem ser aqui apontados: em primeiro lugar, a perspectiva do fenômeno regional como resultado de uma determinação do alto, o que estabelece por definição uma impossibilidade ontológica de qualquer nível explicativo do recorte regional. Neste caso não é possível falar numa natureza do fenômeno regional, uma vez que o fenômeno real é o modo de produção. A região seria então apenas um epifenômeno. Em segundo, a exigência de o recorte regional ser definido pela funcionalidade dos fenômenos, ou eventos, que podem ser breves”.²⁹

Pode-se argumentar, não obstante, que esta dificuldade com o conceito de região fundamenta-se essencialmente na centralidade do tempo presente como base para a conformação da geografia crítica. Ainda que a história seja reconhecida como uma dimensão importante à reflexão, a análise se dá por sobre os desdobramentos espaciais do capitalismo avançado no mundo contemporâneo, do qual o primeiro dado material evidente foi o já referido processo de metropolização, em associação à reorganização em bases globais da economia, sob a égide do capital financeiro. Não se pode afastar, todavia, a idéia de que a própria totalidade do presente é histórica e pode bem ser entendida como um processo de progressiva homogeneização das superposições de partições possíveis do espaço, dada pelos recortes múltiplos sugeridos nas formações econômico-sociais. Essa progressiva homogeneização de certa feição do espaço global no capitalismo avançado é fruto assim de um duplo processo: fragmentação e movimento. Fragmentação cada vez maior das identidades locais, do qual a crise do Estado Nação é só o aspecto mais geral, e por outro lado, aceleração do tempo histórico.

²⁸ Elias de CASTRO, “A região como problema para Milton Santos”..., pp.2-3.

²⁹ Idem, p.3

Sem discutir se as regiões permanecem ou não como um problema e categoria de análise importantes hoje, historicamente é sem dúvida fundamental ter-se em conta os sentidos diversos em que foi se conformando esse processo de superposição de recortes e fragmentação dos espaços. Ao que interessa aqui, a geografia crítica, Lefebvre de forma mais ampla, e Marx por fim, oferecem bases seguras para a articulação entre o homem, a dimensão histórica e o espaço. Etapa elementar para se ponderar sobre um conceito efetivamente histórico de região. Não obstante, a problemática da perda de importância do conceito de região, na reflexão recente, deve-se, na linha do que se argumentou logo acima, antes ao foco essencialmente no presente da geografia crítica do que uma incompatibilidade do conceito com, por exemplo, o de formação econômico-social. A lição fundamental que se quer aqui anotar, não obstante, é a da “produção do espaço”, ou como se apontou anteriormente, produção/percepção do espaço, como a categoria chave que vai definindo as segmentações possíveis e ao mesmo tempo orientando os parâmetros de apreensão da realidade espacial em uma cada realidade histórica.

Antes de concluir esse percurso e contemplar em exclusivo o caso das Minas, vale um breve diálogo com um trabalho importante no muito escasso território da reflexão teórica sobre espaço e história em nossa historiografia, exatamente porque vai buscar também na geografia crítica elementos para se pensar historicamente o conceito de região.

Trata-se de um texto de Rosa Maria Godoy Silveira, escrito originalmente em 1985, cujo título é “Região e História: questão de método”. Ainda que o trabalho tenha vários méritos, a começar da defesa de uma qualificação teórica para a questão e a explicitação de como isto se faz ausente na historiografia, a posição aqui defendida é substancialmente diversa na condução do objeto. O mais grave que se pode apontar acerca do referido artigo é uma certa confusão no que diz respeito ao tratamento do conceito de região pela geografia crítica e em particular por Milton Santos. Como se argumentou acima esta não é uma categoria não no pensamento desse autor, em função justamente do peso na totalidade. Rosa Maria Godoy Silveira vai, ao contrário, perceber nisto que, como afirma Iná Elias de Castro, representa uma “impossibilidade ontológica de qualquer nível explicativo do recorte regional”, uma questão de escala que não obstante oferece bases para se pensar a singularidade da região ante a totalidade do espaço.³⁰ Como se afirmou, a geografia crítica oferece um território fértil para se pensar as relações entre espaço e história, mas no que diz

³⁰ Rosa Maria Godoy SILVEIRA, “Região e História: questão de método” in: Marcos A. da SILVA, *República em Migalhas: história regional e local*, São Paulo, Marco Zero / Anpuh, 1990, p.31.

respeito à região, não se pode buscar transposições conceituais diretas, particularmente por conta do foco incisivo desta corrente no tempo presente e no modo de produção capitalista.

Outra questão que se pode acrescentar é que o artigo de Silveira tem o mérito de pensar de forma dinâmica o recorte regional, argumentando na direção de um “contínuo reajustamento das ‘fronteiras’”, não obstante, a sua pretensão de qualificar uma região, e não uma multiplicidade de recortes possíveis, a partir de um “complexo de imbricações e relações” se revela essencialmente economicista, tratando-se por fim não mais do que uma proposta de regionalização econômica, o que não é dessa forma qualificado pela autora.³¹ Da mesma forma, a ênfase na “forma específica de reprodução do capital” como o “aspecto básico” para a “diferenciação e articulação entre os cortes”, limita o conceito a uma temporalidade bastante específica, ou pior, faz ver, para usa a distinção de Karl Polányi, determinações da “sociedade de mercado” em contextos que não são mais que “sociedades com mercado”.³²

Fundamentalmente, a pretensão aqui foi a de qualificar alguns sentidos bastantes precisos em que se é possível tratar historicamente a dimensão espacial e o conceito de região em particular. Nisto as duas orientações já logo de início e enunciadas, de se fugir do anacronismo de referências espaciais presentes a problemas passados, o que não limita múltiplos recortes, mas inviabiliza um uso puramente funcional dos recortes espaciais; e, a inserção de um dado dinâmico na projeção desses recortes com vistas a buscar uma aproximação dos processos, efetivamente históricos, de diferenciação/complexificação, ou ainda de agregação/homogeneização, do espaço.

O que ser fará nesta segunda parte do texto é exatamente apresentar uma síntese de alguns de meus trabalhos anteriores, que buscaram exatamente uma primeira tradução dessas orientações à dinâmica histórico-espacial de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, explicitando os vínculos dessa digressão conceitual com uma realidade histórica específica.³³

³¹ Idem, p. 35.

³² Karl POLÁNYI, *A grande transformação: as origens da nossa época*, Rio de Janeiro, Campus, 1980; Ellen Meiksins WOOD, *A origem do capitalismo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, pp. 29-35.

³³ Alexandre Mendes CUNHA, “A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século”, *Anais do X Seminário sobre a economia mineira*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2002; Alexandre Mendes CUNHA, Marcelo Magalhães GODOY, “O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX”, *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE (Caxambu, MG)*. São Paulo, ABPHE, 2003.

II

A exposição adotará o seguinte percurso, apresentar considerações iniciais sobre a formação do espaço econômico mineiro, ainda na primeira metade do século XVIII, demarcando categorias de percepção espacial informadas pelas especificidades naturais do espaço geográfico original, bem como o curso da construção coletiva do espaço, com destaque para a precoce formação urbana. Segue-se então referência a um modelo de regionalização econômica para o século XIX, momento em que efetivamente se condensaria uma dinâmica econômica interna claramente segmentada, fruto do específico da complexificação da base produtiva e das atividades comerciais. Chega-se, por fim, a partir dessa regionalização para o século XIX superposta ao mapa das categorias de percepção do espaço original, a dois momentos distintos da conformação do espaço mineiro, permitindo alcançar a segunda metade do século Dezoito em uma abordagem dinâmica, apresentando um recorte para o espaço econômico que começava ali a adquirir contornos regionais, e com isto vislumbrar a dinâmica de diferenciação posta a funcionar entre os dois séculos.

A formação do espaço mineiro não pode ser dissociada da questão urbana. Incisivamente, o que vai se processar a partir das descobertas iniciais de ouro em fins do século XVII, motivando enorme fluxo migracional para o interior do continente, é a concentração logo de saída em nucleações onde se realizava a extração mineral assim como se organizava a vida, em outros termos uma superposição entre o chão de produção e o chão de reprodução da vida material que traduz a formação urbana primeira das Minas. Mais que isto, em Minas, o urbano precede o rural, que se conformaria a partir da força e desdobramentos da economia mineradora. A partir daí tem curso um processo complexo de produção social do espaço que, não obstante, por todo o século XVIII reforçaria a perspectiva da centralidade urbana, em alguma medida fazendo inverter a lógica no XIX, a partir da progressiva organização do espaço rural, associada a uma perda de vitalidade da economia urbana particularmente na associação à mineração, o que orientaria um processo de recomposição de áreas produtivas, expansão de fronteira agrícola, e expansão mesmo da rede urbana, processada agora pelas necessidades de articulação do espaço rural, cumprindo, por exemplo, funções de entreposto, mas desprovidas quase de todo de efetiva vida urbana. Completa-se aí, um processo em que o rural é que produz urbano nas primeiras décadas do Dezenove, em sentido oposto à produção do rural a partir do urbano própria da primeira metade do Dezoito.

No intervalo de um século, o espaço da capitania se transformaria com grande velocidade, produzindo não só redesenhos internos de sua economia e estrutura demográfica,

como mais contundentemente, promovendo, a partir do impulso do ouro, a primeira articulação macro-regional do território brasileiro.³⁴ No que diz respeito especificamente a sua dinâmica interna, e aos efeitos diretos das estruturas econômicas e demográficas na produção do espaço, o que se verifica é um gradual processo de diferenciação regional no mapa da capitania, em que são especialmente importantes aí os ritmos diferentes dos processos de diversificação das atividades produtivas e dos eixos de comércio, sobrepondo por vezes no mesmo período movimentos de desenvolvimento e retração de alguns setores da economia. Estas coordenadas vão introduzindo o que, na passagem do Dezoito para o Dezenove, poderia ser tomado como um “redesenho” do espaço em Minas, particularmente no que diz respeito às relações entre o urbano e o rural.

O caminho que vai do território de todo ou em grande parte desconhecido, produzindo sua ocupação e o desenvolvimento de especificidades econômico-sociais capazes de suscitar diferenciações regionais, até por fim compor um quadro de articulações entre espaços distintos economicamente, qualificando recortes variados de identidades próprias, é o principal a se apreender aqui. Ou seja, a imagem-movimento deste percurso é em si, na perspectiva do que se desenvolveu na parte anterior do texto, mais sedutora e importante a esta narrativa do que um instantâneo do mapa do território em determinado momento de sua formação. Importa mesmo dizer, que a especificidade maior de Minas neste particular, o que a faz oferecer um exemplo único à América portuguesa, é a velocidade em que se dá esse processo. Ao longo de pouco mais de um século, o território passa de um sertão praticamente de todo desconhecido, a um conjunto de regiões integradas, com preponderante importância na articulação econômica da colônia e na manutenção do Império.

Esta conjuntura de expansão geográfica para o interior do continente tem na empresa dos paulistas sua mais clara representação, e a narrativa dos primeiros descobrimentos auríferos das Minas dão o detalhe da ação destes homens na primeira ocupação dos espaços da capitania. Duas categorias de percepção geográfica marcariam fortemente as representações sobre o território ao longo de todo o Dezoito e com ainda maior força na primeira metade do século: as “minas” e os “sertões”.³⁵ Esta dissociação primeira que vai se firmar entre os espaços do nascimento das Vilas do Ouro e suas áreas contíguas, em oposição

³⁴ Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese...*, p.5 / Francisco IGLÉSIAS, “Minas e a imposição do Estado no Brasil”, *Revista da História*, São Paulo 50(100), 1974, p.260 / Joaquim Romero MAGALHÃES, “As novas fronteiras do Brasil” in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa* (vol. 3: *O Brasil na Balança do Império, 1697-1808*), Lisboa, Temas e Debates, 1998, p. 22-4.

³⁵ Essa distinção entre “minas” e “sertões” é apresentada originalmente para uma discussão acerca dos espaços econômicos nas Minas setecentistas em Angelo Alves CARRARA, *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas*

às paragens mais distantes, difíceis ou incertas, que bem atendem ao nome de sertão, oferece caminhos a uma reflexão inicial sobre a diferenciação dos espaços que aí tem curso.

Definir sertão é tarefa complexa, sendo a história de seus usos é por demais intrincada. Ainda assim as acepções parecem conduzir sempre a uma determinada percepção da natureza que se faz diversa e apartada do conhecido, do já apropriado. O vocábulo em suas primeiras referências foi, ao que parece, obra dos navegadores portugueses, como atribuição às terras que se opunham à costa, o “sartaam” a que se refere Vasco da Gama, e que se preserva em sua generalidade nas doações e forais das capitânicas hereditárias nos primeiros séculos da colônia. Esta referência esparsa no vocabulário dos navegadores vai com o tempo assumindo variadas qualificações nas referências dos que desbravavam terra firme. O sertão passa a ser designação mais específica a lugares, terras de determinados índios, áreas por onde corre certo rio, etc., “os diversos sertões do interior”, tal como na referência de Luís dos Santos Vilhena.³⁶ De forma geral, no caminho dos paulistas interior adentro, foi-se demarcando a multiplicidade de um território que antes se tomava com um grande bloco na qualificação destes muitos sertões. Todavia, uma certa coincidência de impressões qualificavam estas áreas, não obstante essa diversidade de especificações; eram sempre assim os lugares do perigo, as terras de gentios não amistosos e adversidades naturais de toda ordem.

As qualificações originais do sertão a partir de uma orientações geográfica que o opunha à costa logo encontraram um conjunto de sentidos que qualificariam estas áreas também a partir de atributos demográficos e econômicos; não obstante, o mote era a mesma distinção, e os sertões ainda marcavam clara oposição às áreas de costa, engenhos, vilas ou áreas de mineração. O sertão em Minas Gerais, com o avançar do Dezoito, passou a determinar basicamente a grande área ao norte do território, já em cercanias com a Bahia, onde a atividade central, remontando ainda os fins do Dezesete, era a pecuária extensiva. José Vieira Couto trata desses sertões como “região afastada das povoações das minas, com o rio São Francisco a correr-lhe pelo centro”, e Auguste de Saint-Hilaire, fala de uma “imensa região de fraca população”.³⁷ Esta referência do sertão das Minas Gerais como situado nas largas extensões de terra do norte da capitania, que por fim acabaria por ser a acepção consagrada, alcançando nossos dias, termina por reforçar a etimologia mais provável do termo,

*Gerai*s (1674-1807), Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997 (Tese de Doutorado em História), pp.45-56, sendo que a exposição abaixo relativa ao vocábulo sertão se apóia nesta referência.

³⁶ Luís dos Santos VILHENA, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*s (1802), Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, vol. II, p.266.

³⁷ José Vieira COUTO, “Memórias sobre as minas da Capitania das Minas Gerais”, *RAPM*, Belo Horizonte (X), 1906, pp.55-166; Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p.14.

o “desertão”, neste encontro com áreas típicas da caatinga e do semi-árido. Mas vale ainda o destaque ao uso do termo nas Minas para referenciar áreas nas quais era grande a presença de gentios, sendo ótimo exemplo disto a região ocupada pelos bravios Botocudos, na altura do Rio Doce e acima, assim como nas terras de índios Cropós e Croatos nos “sertões dos rios Pomba e Peixe”, entre as matas da Mantiqueira.

As “minas”, por sua vez, é a região governada pelos primeiros descobrimentos auríferos e seu perímetro de influência imediata. A área em que se fincam os arraiais mais antigos e onde mais rapidamente se verificou um adensamento populacional, que se mostrou vigoroso e persistente por pelo menos toda a primeira metade do Dezoito. O horizonte mineratório aos primeiros anos do século XVIII apresenta núcleos distribuídos por áreas desiguais em suas características naturais, mas que não obstante terminariam por compor uma faixa, com alguma continuidade, onde se concentrou a maior parte da população da capitania por todo o século e que mesmo com a decadência do ouro só teve sua centralidade rearticulada na segunda metade do Dezenove.³⁸ O território original dessas minas reúne ao sul os núcleos de São João e São José del Rey, em campos também propícios, e já no primeiro momento, aproveitados para a agropecuária; a oeste os descobertos de Pitangui, já em meio aos prados curraleiros; mais ao centro os principais núcleos auríferos, nas cristas da Serra do Espinhaço, marcando a paisagem montanhosa de Vila Rica e Mariana e também Sabará e Vila Nova da Rainha (Caeté) no leito do Rio das Velhas. Mais ao norte, limitam-se essas minas com as áreas das descobertas de diamantes, onde está a Vila do Príncipe (Serro) e acima o arraial do Tejuco (Diamantina), plantados entre o maciço do Espinhaço e já em outro clima e vegetação. A diversidade nas paisagens soma-se na percepção desse perímetro como a região das minas. Como ensina Diogo de Vasconcelos, os Cataguás ou Cataguases eram as terras do sertão ao norte de São Paulo para além da Serra da Mantiqueira.³⁹ Na trilha dos bandeirantes que primeiro riscaram essas terras, as áreas dos descobertos ficaram conhecidas como as “minas dos Cataguases”, ou ainda as “minas gerais do ouro dos Cataguases”, e mais formas correlatas em que figurava a indicação “Minas Gerais” presente em algumas das primeiras cartas de sesmarias da capitania. O ponto é que este perímetro demarcado pelos principais núcleos mineradores e perfazendo o alvo para onde em um primeiro momento as rotas convergiriam, preserva grande identidade na produção do espaço daquele começo das Minas,

³⁸ Sobre esta manutenção da centralidade do antigo núcleo minerador ainda no Dezenove a referência central é o trabalho de Mario Marcos Rodarte. [Mario Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em Economia)]

a despeito das diferenças que apresenta na paisagem natural, e neste sentido, essas “minas”, ou “minas gerais”, conforma o primeiro recorte, esquemático e não cartográfico, de uma regionalização do território da capitania. A delimitação dessa área de influência direta do espaço minerador, que impulsiona por força da economia aí conformada a complexificação, diferenciação, organização e recomposições de espaço mais amplos do território ao longo do século, encontra-se representada esquematicamente no **MAPA 1**.

Importa dizer ainda, que a distinção entre minas e sertões, era categoria primacial na geografia colonial mineira também por conta de governar distinções no tamanho das concessões de terra em sesmaria —meia légua em quadra nas terras onde houvessem minas e nos caminhos para elas, e três nos sertões— assim como na forma da tributação dos dízimos e da capitação.⁴⁰ Desta forma, este corte assoma como o principal traço distintivo a uma reflexão sobre a conformação de espaços regionais no mapa das Minas setecentistas, não obstante alguns outros atributos, que ficam mais evidentes na segunda metade do Dezoito, concorram para uma mais cerrada diferenciação de áreas. A produção agrícola dos campos da região sul bem se enquadra aí, suscitando um desenho que faz opor outras duas categorias de percepção geográfica: os “campos” e “matos”.

A conformação dos “campos” da porção mais ao sul da capitania, que primeiro foram a borda do sertão adentrado pelos paulistas, em áreas dedicadas à agricultura e pecuária, deve ser lida em conjunto com a história da formação dos caminhos para as minas, assim como na própria configuração dos lugares de mineração no mapa da capitania. A mineração põe a funcionar desde o primeiro momento das Minas atividades de abastecimento, e a trilha dos caminhos acaba por funcionar como a primeira instância de fixação dos produtores destes gêneros. Margeando o Rio São Francisco e das Velhas, estariam os principais prados de criação de gado; ao sul e sudeste, por sua vez, a agricultura se desenvolveria mais fortemente. Marca-se aí na paisagem natural uma divisão clara entre os “campos” férteis e abertos ao sul do Rio Grande e as áreas fechadas, dos “matos” a leste, na extensão da Serra da Mantiqueira até o pé da Serra do Mar na capitania do Rio de Janeiro. Esta diversidade na paisagem natural, como já se disse aqui, seria uma marca funda na percepção dos que cruzavam a porção ao sul do território, especialmente visível a quem vinha pelo Caminho Novo desde o Rio de Janeiro,

³⁹ Diogo de Vasconcellos, *História antiga das Minas Gerais*, Bello Horizonte, Imprensa Oficial, 1904, pp.116-8.

⁴⁰ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.54 e Anexo 6 (A Legislação Agrária), p.260.

como fica patente nas descrições de viagens tanto no século XVIII como ainda no começo do XIX.⁴¹

Estes atributos naturais acabam por se traduzir na especificidade das atividades produtivas e na forma de ocupação dessas áreas, o que faz dos “matos” e dos “campos” bases suplementares para articular alguns cortes mais à distinção de “minas” e “sertões”. O elemento essencial a ser apreendido aqui, não obstante, é a dimensão da transformação socioeconômica do espaço. As marcas da paisagem natural, que por elementos da hidrografia, vegetação, relevo, etc., delimitam diferenças originais no território das Minas, só constituem categorias distintas de percepção do espaço com o movimento de ocupação efetiva das áreas. Neste sentido, todo o território mineiro era sertão no século XVII até que a descoberta do ouro em alguns regatos onde se formariam as primeiras Vilas do Ouro e o começo da efetiva ocupação dessas áreas com o corolário de forças econômicas e sociais na transformação do espaço conferiria essa distinção entre o “desconhecido” e o “conhecido”, fazendo do sertão, grosso modo, as áreas ainda pouco exploradas para além dos núcleos mineradores. O avanço das áreas conhecidas, assim como sua apropriação econômica, é que marcariam as transformações nessas categorias de percepção do espaço. Desta forma os “sertões”, antes a designação irrestrita dos espaços desconhecidos, vão se diferenciando, como na conformação dos “currais” onde se espalha a pecuária extensiva ou dos “campos” onde começa a florescer uma área de produção agrícola para o abastecimento das “minas”. O sertão é assim empurrado para as bordas do não ocupado, não transformado e no limite não conhecido.

A regionalização do espaço mineiro para a primeira metade do século XIX que aqui se fez menção é fruto de esforço orientado essencialmente pela análise de um conjunto de informações de natureza econômica presente nos relatos de nove viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro no período. Trata-se um esforço original e importante conduzido por Marcelo Magalhães Godoy na tradução espacial da realidade econômica do Dezenove, prestando-se à projeção e análise circunstanciada do conjunto das relações comerciais e de produção da província.⁴²

⁴¹ Uma descrição interessante a este respeito está em “Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais” in: FUNDAÇÃO João Pinheiro, *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p.895.

⁴² O modelo original desta regionalização foi proposto por Marcelo Godoy em 1990 [Marcelo Magalhães GODOY, *Vida econômica mineira na perspectiva de viajantes estrangeiros*, Belo Horizonte, FaFiCH/UFMG, 1990 (monografia de bacharelado em História)], a partir de uma reconstituição dos itinerários e da espacialização das informações presente nos relatos de viagem de Charles James Fox Bunbury, Alcide D’Orbigny, Georg Wilhelm Freireyss, George Gardner, John Luccock, John Mawe, Johann Emanuel Pohl, Auguste de Saint-Hilaire, além de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius. Deste trabalho se demarcou um total de dezesseis unidades espaciais, tendo seus limites conformados com base em um mapa da Província de Minas Gerais, de autoria de Charles Hastings, publicado em 1882. Uma versão adaptada desta regionalização foi

Pensar as regiões de Minas na primeira metade do século XIX ajuda a avaliar o conjunto das transformações que se processam a partir dos últimos anos do Dezoito e especialmente se dinamizaram a partir de 1808, tempo em que se faz contundente um eixo de reorientação a partir de um mercado externo — a praça do Rio de Janeiro — o que é especialmente verdade para produção agropecuária da região sul da capitania/província. Os resultados da pesquisa conduzida por Clotilde Paiva contribuem neste sentido para ratificar alguns dos argumentos de Robert Slenes acerca da importância do setor exportador à economia provincial mineira, mas não obstante apontam para a importância de se redimensionar a proposição da exportação como o “centro dinâmico” da economia. Seu estudo acentua as evidências da presença de regiões com grande volume de produção para exportação, mas não obstante com baixo nível de desenvolvimento, o que especialmente põe em jogo o papel dos intermediários comerciais e sua ação nos entrepostos, que não raro resultava em uma relação desfavorável para os produtores.⁴³ De forma geral, um ponto especialmente importante do trabalho é oferecer bases a uma espacialização ampla dos fenômenos econômicos nas diversas partes do mapa das Minas, permitindo que se recuperem as ligações entre o setor exportador e os demais setores da economia da província.⁴⁴ Neste sentido, se adensa a compreensão que se depreende do esforço original de regionalização econômica empreendido por Godoy; qual seja, a compreensão do espaço mineiro como um território de contrastes, realidade multifacetada decorrentes da complexificação das relações econômicas no seu interior.

No que diz respeito à questão propriamente espacial, a compreensão da dinâmica exportadora de Minas no Dezenove, articulada tanto pelo mercado externo quanto por rotas inter-regionais, tem implicações diretas na medida em que toda uma estrutura de hierarquias e centralidades se processa em função dos eixos de influência externos, seja na importância

apresentada alguns anos mais tarde, em 1996. [Marcelo Magalhães GODOY, *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFGM, 1996 (Texto para Discussão n.º 109) e Clotilde Andrade PAIVA, *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História)]. Esta regionalização adaptada guiou-se pela superposição das riquíssimas informações demográficas oferecidas pelas listas nominativas 1831-2, em pesquisa coordenada por Clotilde Paiva, à regionalização original, permitindo redefinir/retificar os recortes antes traçados de modo a preservar a maior integridade possível das unidades municipais da década de 1830, assim como caracterizar mais a contento algumas especificidades regionais antes não destacadas, como no caso de duas grandes áreas com um relativo vazio populacional (Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce). Não se altera, todavia, os marcos principais da regionalização, preservando em boa medida a identidades das regiões originalmente propostas, só que agora recortadas em dezoito unidades. É esta regionalização adaptada que será apresentada aqui e utilizada para o diálogo com as transformações processadas na segunda metade do Dezoito.

⁴³ Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, pp.126-7; Robert W. SLENES, “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX”, *Estudos Econômicos*, São Paulo, 18(3): 449-495, 1988.

⁴⁴ Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, pp.108-9.

redimensionada dos entrepostos comerciais das áreas produtivas, ou nos fluxos comerciais que dinamizam e complexificam os sentidos das rotas comerciais, como bem se verifica a abertura de novos caminhos ligando o sul de Minas à praça do Rio, como nas estradas do comércio e da polícia.⁴⁵ No modelo de regionalização para o Dezenove, o território de Minas encontra-se recortado em dezoito unidades. Estas regiões podem ser segmentadas a partir do nível de desenvolvimento ponderado de cada uma delas no conjunto da Província como se verifica no **MAPA 2**. Disto resulta, um quadro em que o maior nível de desenvolvimento está justamente associado às áreas fracionadas da região original das “minas gerais” e os novos espaços de articulação direta desses núcleos originais.

A questão determinante a uma diferenciação econômica dos espaços das Minas já no século XVIII pode agora ser mais bem considerada. O dado dinâmico da constituição dos espaços econômicos em Minas na segunda metade do Dezoito pode ser pensado a partir do processo original de configuração desses mercados segmentados na capitania que no dezenove terminariam por demarcar uma realidade econômica efetivamente regionalizada, tal qual a apreendida da regionalização de Godoy, acima exposta. Neste sentido, é bom que se insista que uma primeira particularidade dos mercados locais, “regionais” em sentido amplo, de Minas no século XVIII é, em si, a própria possibilidade de desenvolvimento de uma economia regionalizada nos quadros do sistema colonial, entendida esta como o resultado de bases produtivas diferenciadas plantadas em meios geográficos com características naturais próprias, desencadeando dinâmicas diversificadas e apresentando relações econômicas que de alguma forma as articulem. A despeito da direta inserção do ouro enquanto um produto de exportação dentro da pauta e da lógica do sistema colonial, as particularidades desta economia mineradora fazem processar uma conjuntura de segmentações e atividades complementares que é em muito distante do ambiente circunscrito por outros produtos de exportação colonial. São exatamente estas complementaridades que dão a tônica de uma experiência distinta no seio do sistema colonial —cedo encarada assim pela coroa com a instalação de um ampliado aparelho burocrático e de controle—, que por suas características intrínsecas fazem processar novos ritmos no comércio, articular circuitos de abastecimento e animar uma base de produção agropecuária.

Minas Gerais termina por ser responsável, como se disse, pelo primeiro movimento de articulação macro-regional no território da colônia em função da força de sua economia mineradora, sendo o seu processo de diferenciação interna em grande parte decorrência direta

⁴⁵ Alcir LENHARO, *As tropas da moderação (O Abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*, 2. ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação, 1993, pp.49-50.

desta realidade. Neste sentido, o processo de regionalização da capitania guarda intimidade com as diferenças econômico-produtivas de áreas complementares da atividade mineradora e da força dos mercados macro-regionais a que lhe caberia o papel de articular. Daí a importância da reflexão acerca dos caminhos para a compreensão da formação dos “espaços” das Minas deste tempo. O destino final dos caminhos, chegando do norte ou das áreas ao sul, era o mesmo: a região das “minas”, no perímetro projetado pelos núcleos mineradores originais. E é entre as rotas do sertão ao norte, do caminho novo até o Rio de Janeiro do caminho velho vazando os núcleos do sul até São Paulo, que se orientam as coordenadas originais desta região das “minas”. A partir de 1744, data da descoberta oficial das jazidas, marcaria-se a meio caminho da picada para Goiás, as minas de Paracatu; e já há vários anos, a nordeste, no vale do rio Jequitinhonha, o bom sucesso das lavras de Minas Novas, fazendo funcionar, em alguma medida, nessas paragens os movimentos de centralização, atração populacional, e promoção de eixos de comércio e abastecimento próprios dos núcleos mineradores. Especialmente à primeira metade do século, a realidade dos caminhos é determinante do desenvolvimento e integração de algumas áreas no mapa das Minas; mais à frente estas dinâmicas se confundiriam com a consolidação das atividades agropecuárias em regiões diversas, em um desenho que prenuncia, e prepara, a realidade setORIZADA que se pode ler no Dezenove, tal qual se vê no **MAPA 2**. Essa dinâmica de intensificação das atividades econômicas relacionadas aos circuitos de abastecimento, o que por sua vez se relaciona também à complexificação espacial, configurando novas áreas agropastoris e integrando mercados pode bem ser aprendida a partir dos registros de passagem de mercadorias estabelecidos ao longo desses caminhos acima mencionados, os quais foram anteriormente bem trabalhados por alguns autores, dentre eles Angelo Carrara e Cláudia Chaves,⁴⁶ o que contribuiu diretamente para se pensar a composição dinâmica da regionalização aqui apresentada.

Acerca da aqui pretendida regionalização dinâmica dos espaços econômicos mineiros na segunda metade do século XVIII, o primeiro elemento a ser lembrado é a fluidez dos limites do território da capitania. As fronteiras seriam ainda por muito um objeto em construção e neste sentido, mais importante aqui é a visualização de espaços que apresentam identidades econômicas e uma certa unidade de atributos geográficos, aos quais, em última instância, as atividades produtivas estão associadas. Portanto os contornos do território não correspondem a um limite próprio daquele tempo. Da mesma forma, uma vez que se insiste em um uso não anacrônico das referências espaciais, é necessário ponderar que o uso de uma

⁴⁶ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*; Cláudia Maria CHAVES, *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*, São Paulo, AnnaBlume, 1998.

base cartográfica atual para a projeção desses dados passados permite simplesmente uma acuidade na adequação dos contornos, mas não se confunde em momento alguns com a utilização de unidades regionais recentes, como as produzidas pelo IBGE, na leitura da realidade econômica dos séculos XVIII e XIX, perspectiva aqui veementemente criticada e ainda infelizmente presente na historiografia.

O exercício de composição dinâmica faz somar, portanto, as “categorias de percepção” do espaço setecentista apresentadas no **MAPA 1**, com os espaços econômicos regionalizados para o século XIX, em um desenho que não se processa pela simples agregação. Alguns contornos são reorientados em vias de se traduzir conformações próprias ao século XVIII, ou minimamente diversas das apresentadas para o XIX, assim como são também utilizadas no jogo de transparências superpostas o traçados das comarcas do século XVIII, com limites não conformados em função de especificidades econômicas, mas que traduzem por outro lado o adensamento de certos processos de produção social do espaço que não deixam de ser relacionar com os circuitos econômicos. Para tanto foram utilizados mapas de época, particularmente os produzidos por José Joaquim da Rocha⁴⁷, e informações sobre os distritos pertencentes ao termo de cada vila, mas em uma projeção com base na cartografia atual, em se partindo da perspectiva de que enorme parte dos municípios do hoje mapa do estado de Minas Gerais tiveram seus limites conformados a partir de fragmentação de unidades maiores, o que viabiliza a reconstituição de distritos anteriores a partir de exercícios de agregação. Procedendo da mesma forma certas agregações nas unidades do modelo de regionalização de Godoy, e pressupondo as questões específicas das tramas do comércio setecentista apreendidas a partir da dinâmica comercial do período, assim como ajustando os cortes em atenção a especificidades do relevo, da hidrografia e conjunturas da estrutura administrativa no Dezoito, é possível apresentar o esboço de dez regiões neste mapa da capitania de Minas, tal qual se vê no **MAPA 3**.

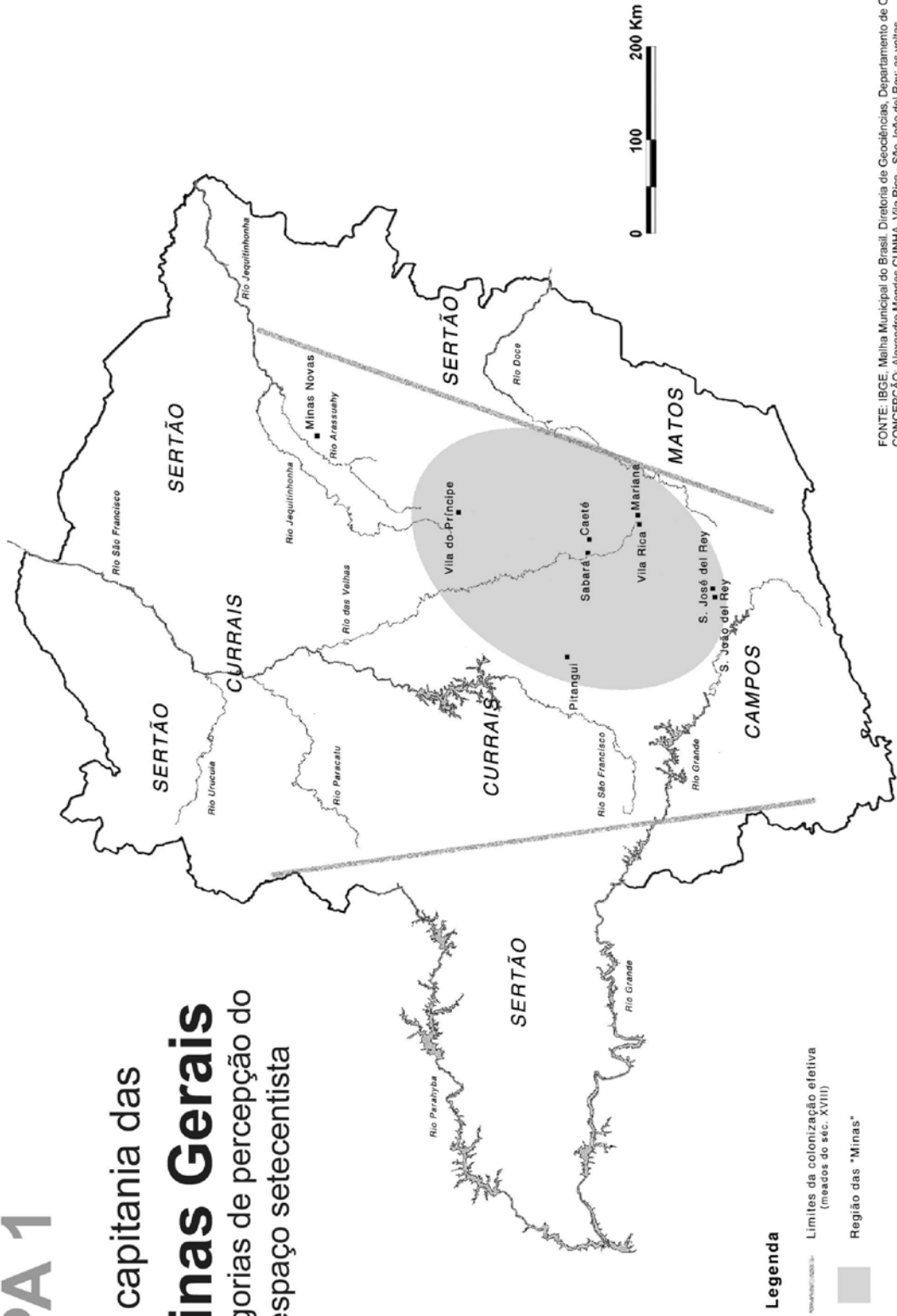
Uma outra especificidade é fundamental à composição final de informações preponderantes à interpretação dinâmica desse quadro regional apresentado no **MAPA 3**, trata-se das duas informações esquemáticas, não cartográficas, que nele estão presentes, as linhas da colonização efetiva e o ovóide da região original das “minas gerais”. Estes dois elementos sugerem justamente o processo de ocupação do território, ainda em curso e colocando em evidência a expansão da fronteira de ocupação e nisto a produção agropecuária;

⁴⁷ José Joaquim da ROCHA, *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

assim como o diálogo entre a região original da ocupação do território, conformando processo muito específico de urbanização. A força da economia mineradora e os caminhos de produção do rural a partir do urbano e a posterior reorientação disto em função da complexificação da base agropecuária induzindo a expansão da rede de cidades são processos que, dessa forma, cabem neste mapa. Acredita-se assim que esse esforço, ainda que por definição não se trate de algo acabado, fechado a contribuições novas e recomposições, é capaz de traduzir recortes regionais eminentemente dinâmicos e, a um só tempo, totalmente informados por referências próprias do tempo histórico em questão, o que qualifica, na linha do que se anunciou logo ao começo do texto, condições a um tratamento efetivamente histórico das regiões.

MAPA 1

capitania das
Minas Gerais
categorias de percepção do
espaço setecentista



Legenda

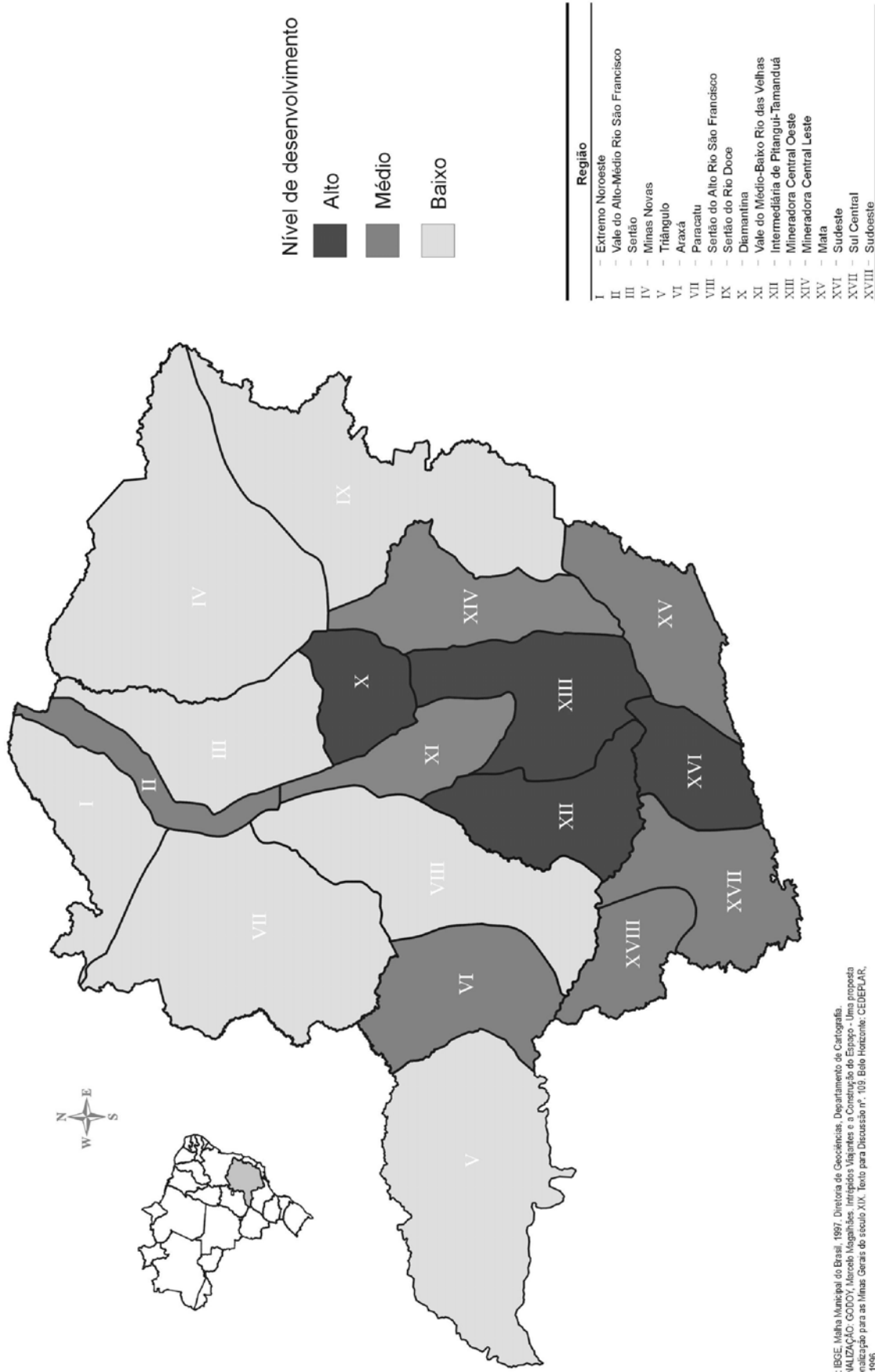
Limites da colonização efetiva
(meados do séc. XVIII)

Região das "Minas"

FONTE: IBGE, Malha Municipal do Brasil, Diretoria de Geodésias, Departamento de Cartografia
CONCEPÇÃO: Alexandre Mendes CUNHA, Vila Rica - São João del Rey: as voltas
da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX. Niterói, ICHS/UFF, 2002.
(Dissertação de mestrado em História)
CARTOGRAFIA e DESENHO GRÁFICO: Alexandre Mendes CUNHA

Regionalização da Província de Minas Gerais

MAPA 2

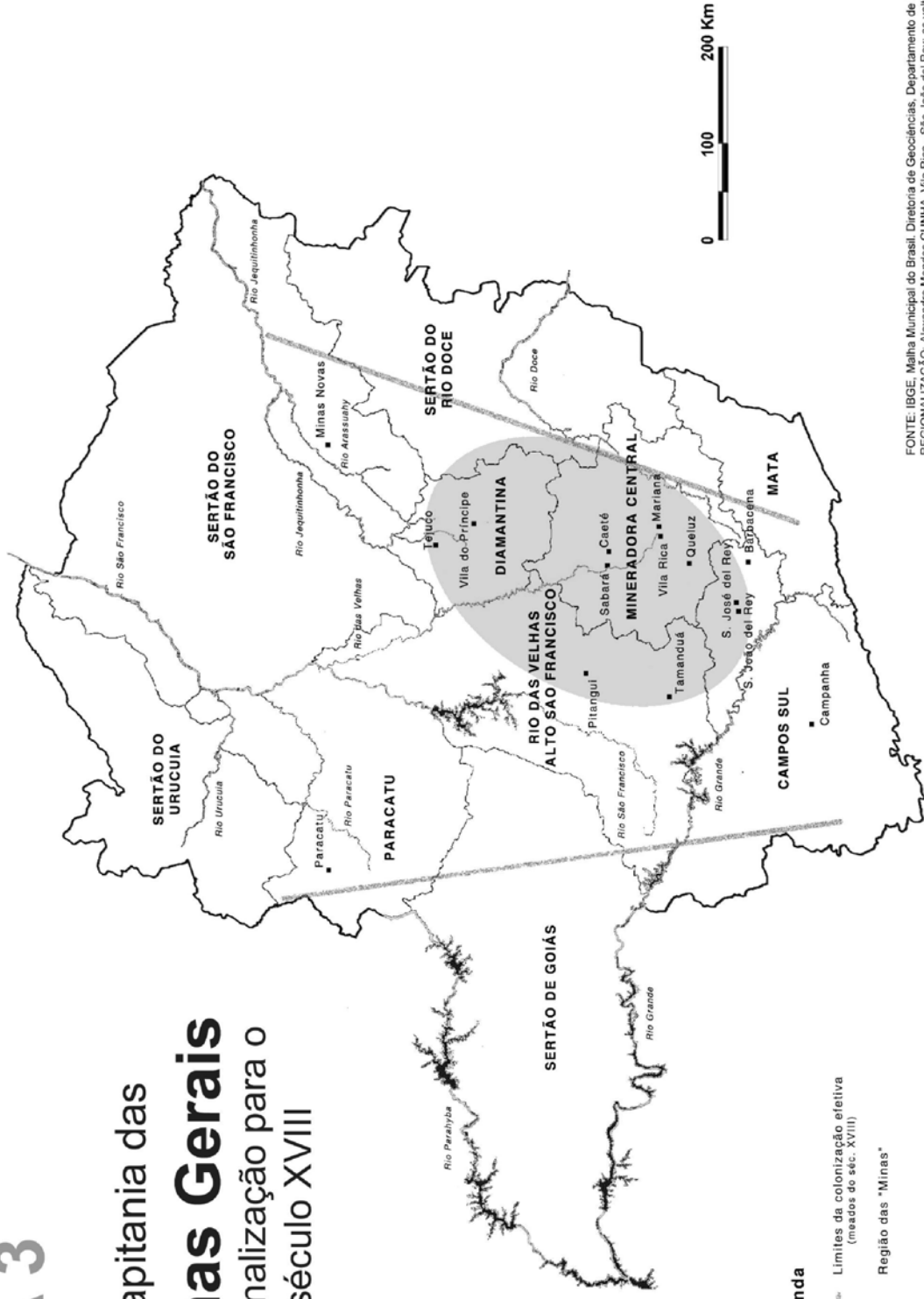


FONTE: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia. REGIONALIZAÇÃO: GODOY, Marcelo Magalhães. In: Infringidos, Magalhães e a Construção do Espaço - Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Texto para Discussão nº. 109. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 1996.

CARTOGRAFIA: SANTOS, Ivan Sérgio; MATEO, B. DINIZ, Bernardo; PALTHERS, Campolina. DESENHO GRÁFICO: AUCRINI, Alison Luz Piná.

MAPA 3

capitania das **Minas Gerais** regionalização para o século XVIII



Legenda

▬ Limites da colonização efetiva (meados do séc. XVIII)

■ Região das "Minas"

FONTE: IBGE, Malha Municipal do Brasil, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia REGIONALIZAÇÃO. Alexandre Mendes CUNHA. Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX. Niterói: ICHS/UFF, 2002. (Dissertação de mestrado em História)

CARTOGRAFIA e DESENHO GRÁFICO. Alexandre Mendes CUNHA